



Governo do Estado do Maranhão
Assembleia Legislativa
Consultor Legislativo Especial
Concurso Público 2013

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

Orçamento Público

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - esse caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber as folhas de respostas da prova objetiva, você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar nas folhas de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar uma das folhas, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **27/05/2013**, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/maranhao13>.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **28/05/2013** até às 23h59min do dia **29/05/2013**, observado o horário oficial, no endereço <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/maranhao13>, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Texto I

Cobrar responsabilidade

No início do mês, um assaltante matou um jovem em São Paulo com um tiro na cabeça, mesmo depois de a vítima ter lhe passado o celular. Identificado por câmeras do sistema de segurança do prédio do rapaz, o criminoso foi localizado pela polícia, mas – apesar de todos os registros que não deixam dúvidas sobre a autoria do assassinato – não ficará um dia preso. Menor de idade, foi “apreendido” e levado a um centro de recolhimento. O máximo de punição a que está sujeito é submeter-se, por três anos, à aplicação de medidas “socioeducativas”.

Não é um caso isolado na crônica de crimes cometidos por menores de idade no país. Mas houve, nesse episódio de São Paulo, uma circunstância que o transformou em mais um exemplo emblemático do equivocadamente legal que o Estatuto da Criança e do Adolescente confere a criminosos que estão longe de poderem justificar suas ações com o argumento da imaturidade: ao disparar friamente contra o estudante paulista, o assaltante estava a três dias de completar 18 anos. Pela selvageria do assassinato, o caso remete à barbárie de que foi vítima, no Rio, o menino João Hélio, em 2007. Também nesse episódio, um dos bandidos que participaram do martírio do garoto estava a pouco tempo de atingir a maioridade.

Nos dois casos, convencionou-se, ao anteparo do ECA, que a diferença de alguns dias – ou, ainda que o fosse, de alguns meses – teria modificado os padrões de discernimento dos assassinos. Eles não saberiam o que estavam fazendo. É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade, como o emprego de menores em ações – inclusive armadas – de quadrilhas organizadas, ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei.

O raciocínio, nesses casos, é tão cristalino quanto perverso: colocam-se jovens, muitos dos quais mal entraram na adolescência, na linha de frente de ações criminosas porque, protegidos pelo ECA, e diante da generalizada ruína administrativa dos órgãos encarregados de aplicar as medidas socioeducativas, na prática eles são inimputáveis. Tornam-se, assim, personagens de vestibulares para a entrada em definitivo, sem chances de recuperação, numa vida de crimes.

É dever do Estado (em atendimento a um direito inalienável) prover crianças e adolescentes com cuidados, segurança, oportunidades, inclusive de recuperação diante de deslizes sociais. Neste sentido, o ECA mantém dispositivos importantes, que asseguram proteção a uma parcela da população em geral incapaz de discernir entre o certo e o errado à luz das regras sociais. Mas, se estes são aspectos consideráveis, por outro lado é condenável o viés paternalista de uma lei orgânica que mais contempla direitos do que cobra obrigações daqueles a quem pretende proteger.

O país precisa rever o ECA, principalmente no que tange ao limite de idade para efeitos de responsabilidade criminal. É uma atitude que implica coragem (de enfrentar tabus que não se sustentam no confronto com a realidade) e o abandono da hipocrisia (que tem cercado esse imprescindível debate).

(O Globo, 22/04/2013)

01

A função textual do primeiro parágrafo do texto é

- (A) situar o texto como uma resposta a um problema pontual.
- (B) indicar a razão de discutir-se, no momento, a redução de idade penal.
- (C) apresentar o fato que leva à necessidade de mudar-se a lei de redução do limite de idade penal.
- (D) colocar o leitor, argumentativamente, do lado de quem defende a redução do limite de idade penal.
- (E) comover o leitor a fim de que possa realizar a leitura do texto com mais atenção e interesse.

Leia o fragmento a seguir e responda às questões 02 e 03.

“No início do mês, um assaltante matou um jovem em São Paulo com um tiro na cabeça, mesmo depois de a vítima ter lhe passado o celular. Identificado por câmeras do sistema de segurança do prédio do rapaz, o criminoso foi localizado pela polícia, mas – apesar de todos os registros que não deixam dúvidas sobre a autoria do assassinato – não ficará um dia preso”.

02

Nesse segmento inicial do texto, o vocábulo que tem seu sentido especificado por razões situacionais, ou seja, por elementos de fora do texto propriamente dito, é:

- (A) mês
- (B) vítima
- (C) rapaz
- (D) criminoso
- (E) que

03

Considerando-se a norma culta, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Repetição excessiva da preposição DE em “*câmeras do sistema de segurança do prédio do rapaz*”.
- (B) Falta de combinação da preposição DE com o artigo A em “*mesmo depois de a vítima ter lhe passado o celular*”.
- (C) Troca involuntária do vocábulo “*câmera*” por seu parônimo “*câmara*”.
- (D) Utilização indevida de travessões para um texto que é simples explicação de uma informação anterior.
- (E) Ausência de hífen em “*ter lhe passado*”, deixando o pronome oblíquo solto entre dois verbos.

04

No relato do assassinato do início do texto, há um conjunto de elementos que apresentam o crime como algo particularmente grave.

Entre esses elementos participantes do crime **não** se enquadra

- (A) o fato de a vítima ser um jovem.
- (B) a localização do crime numa grande metrópole, como São Paulo.
- (C) a circunstância de o tiro ter sido dado na cabeça da vítima.
- (D) a aparente ausência de resistência da vítima.
- (E) a ausência de um forte motivo para o cometimento do crime.

05

No primeiro parágrafo do texto aparecem entre aspas os vocábulos “apreendido” e “socioeducativas”. O motivo da utilização desses sinais gráficos é indicar que esses vocábulos

- (A) foram empregados em sentido figurado.
- (B) registram vocábulos empregados em relação a jovens infratores.
- (C) marcam a intenção textual de destacar termos importantes.
- (D) indicam a presença de um novo sentido aplicado a tais vocábulos.
- (E) criticam a linguagem empregada em caso de crimes contra jovens.

06

Assinale a alternativa em que a preposição sublinhada é fruto da ligação com um termo posterior (e não anterior).

- (A) “O máximo de punição a que está sujeito é submeter-se...”.
- (B) “Identificado por câmeras do sistema de segurança...”.
- (C) “...que não deixam dúvidas sobre a autoria do assassinato...”.
- (D) “...levado a um centro de recolhimento...”.
- (E) “...aplicação de medidas ‘socioeducativas’”.

07

“Não é um caso isolado na crônica de crimes cometidos por menores de idade no país”. Nesse segmento do segundo parágrafo do texto há uma referência a um gênero textual. Assinale-a.

- (A) As notícias informativas dos jornais diários.
- (B) Os registros policiais das delegacias.
- (C) As narrativas de crimes ocorridos.
- (D) Os dados presentes nos processos penais.
- (E) As questões polêmicas da vida atual.

08

“Não é um caso isolado na crônica de crimes cometidos por menores de idade no país. Mas houve, nesse episódio de São Paulo, uma circunstância que o transformou em mais um exemplo emblemático do equivocado abrigo legal que o Estatuto da Criança e do Adolescente confere a criminosos que estão longe de poderem justificar suas ações com o argumento da imaturidade: ao disparar friamente contra o estudante paulista, o assaltante estava a três dias de completar 18 anos”.

Como o texto defende a redução do limite de idade penal previsto no ECA, o autor apresenta argumentos contrários à consideração vigente.

Nesse segmento, o principal argumento utilizado é o de que

- (A) o crime foi cometido pouco antes de o criminoso atingir a maioridade.
- (B) o ato hediondo recebe a proteção legal.
- (C) a imaturidade não é argumento aplicável a todos os menores.
- (D) a intenção criminosa dos assaltantes é flagrante.
- (E) a frieza mostrada na grande maioria dos crimes.

09

A referência ao caso do menino João Hélio, no segundo parágrafo do texto, tem o papel textual de

- (A) aproximar dois casos completamente distintos.
- (B) comprovar uma teoria expressa anteriormente.
- (C) mostrar a repetição de crimes praticados pelos mesmos agentes.
- (D) demonstrar a inutilidade das medidas aplicadas a menores.
- (E) criticar a falta de preocupação dos membros do Judiciário.

10

“É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade...”.

Esse segmento do texto expressa que os criminosos

- (A) foram incentivados a inserir menores em seus crimes.
- (B) passaram a cometer maior número de crimes.
- (C) transformaram-se em quadrilhas organizadas.
- (D) tornaram seus crimes mais violentos, com a inserção de armas.
- (E) perderam o medo das punições legais.

11

“Um assaltante matou um jovem em São Paulo com um tiro na cabeça”.

Assinale a alternativa que indica a forma de reescrever essa frase do texto, modificando o seu sentido original ou apresentando desvio de norma culta.

- (A) Em São Paulo, um assaltante matou um jovem com um tiro na cabeça.
- (B) Um jovem foi morto por um assaltante em São Paulo com um tiro na cabeça.
- (C) Com um tiro na cabeça, um assaltante matou um jovem em São Paulo.
- (D) Um assaltante com um tiro na cabeça matou um jovem em São Paulo.
- (E) Um assaltante, em São Paulo, matou um jovem com um tiro na cabeça.

12

“Nos dois casos, convencionou-se, ao anteparo do ECA, que a diferença de alguns dias – ou, ainda que o fosse, de alguns meses – teria modificado os padrões de discernimento dos assassinos. Eles não saberiam o que estavam fazendo. É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade, como o emprego de menores em ações – inclusive armadas – de quadrilhas organizadas, ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei”.

Assinale a alternativa cujo conectivo apresenta valor semântico correto.

- (A) ainda que – condição.
- (B) como – modo.
- (C) em – tempo.
- (D) ou – adição.
- (E) para – explicação.

13

Assinale a alternativa que indica a frase em que a troca de posição dos termos sublinhados acarreta mudança de sentido.

- (A) “...ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei”.
- (B) “O raciocínio, nesses casos, é tão crystalino quanto perverso”.
- (C) “...na linha de frente de ações criminosas”.
- (D) “...o ECA contém dispositivos importantes”.
- (E) “...incapaz de discernir entre o certo e o errado”.

14

Assinale a alternativa em que um dos termos foi formado a partir de uma classe de palavra **diferente** da dos demais.

- (A) Recolhimento – discernimento
- (B) Segurança – punição
- (C) Interpretação – obrigação
- (D) Confronto – abandono
- (E) Recuperação – população

15

“...é submeter-se, por três anos, à aplicação de medidas ‘socioeducativas’; ...o caso remete à barbárie de que foi vítima...”; “...distinguir entre o certo e o errado à luz das regras sociais”.

Com relação ao emprego do acento grave indicativo da crase nessas três frases, é correto afirmar que

- (A) as três ocorrências exemplificam o mesmo emprego do acento grave.
- (B) as duas primeiras ocorrências exemplificam um caso de acento grave diferente do da última ocorrência.
- (C) as duas últimas ocorrências exemplificam um caso de acento grave diferente do da primeira ocorrência.
- (D) as três ocorrências do emprego do acento grave indicativo da crase exemplificam casos distintos.
- (E) a primeira e a terceira ocorrência exemplificam o mesmo caso de emprego do acento grave indicativo da crase.

16

“Nos dois casos, convencionou-se, ao anteparo do ECA, que a diferença de alguns dias – ou, ainda que o fosse, de alguns meses – teria modificado os padrões de discernimento dos assassinos. Eles não saberiam o que estavam fazendo. É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade, como o emprego de menores em ações – inclusive armadas – de quadrilhas organizadas, ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei”.

Com relação aos componentes desse parágrafo do texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os “dois casos” citados são explicitados a seguir, no mesmo parágrafo.
- (B) “Convencionou-se” é uma forma verbal em voz passiva.
- (C) O segmento entre travessões mostra uma ideia de condição.
- (D) “Assassinos” e “menores” possuem o mesmo referente.
- (E) “Para afrontar a lei” é a forma verbal equivalente a “para o enfrentamento da lei”.

17

Observe a charge a seguir.



A partir da charge, assinale a afirmativa correta.

- (A) As duas frases presentes no texto mostram um mesmo nível de conhecimento de linguagem.
- (B) A frase do policial tem por receptor específico o menor infrator.
- (C) A atitude do policial mostra seu profundo senso de responsabilidade.
- (D) A crítica presente na charge se volta contra o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (E) As figuras do menor e do policial aludem a uma possível cumplicidade criminosa entre os dois.

18

Observe as frases a seguir, que aludem ao ECA, retiradas do texto.

- I. “Nos dois casos, convencionou-se, ao anteparo do ECA, que a diferença de alguns dias (...) teria modificado os padrões de discernimento dos assassinos”. (parágrafo 3)
- II. “...colocam-se jovens (...) na linha de frente de ações criminosas porque, protegidos pelo ECA, (...) na prática eles são inimputáveis”. (parágrafo 4)
- III. “Neste sentido, o ECA contém dispositivos importantes, que asseguram proteção a uma parcela da população em geral incapaz de discernir entre o certo e o errado”. (parágrafo 5)
- IV. “O país precisa rever o ECA, principalmente no que tange ao limite de idade...”. (parágrafo 6)

Assinale:

- (A) se todas as frases forem segmentos condenatórios do ECA
- (B) se somente as frases I, II e III forem segmentos condenatórios do ECA.
- (C) se somente as frases I, II e IV forem segmentos condenatórios do ECA.
- (D) se somente as frases I e II forem segmentos condenatórios do ECA.
- (E) se somente as frases I e IV forem segmentos condenatórios do ECA.

19

Assinale a alternativa que apresenta a relação **inadequada** entre o verbo presente no texto e o seu substantivo cognato.

- (A) Submeter / submissão.
- (B) Prover / provisão.
- (C) Completar / complemento.
- (D) Anabolizar / anabolismo.
- (E) Implicar / implicação.

20

Assinale a alternativa cuja oração sublinhada exemplifica o processo de coordenação.

- (A) “É dever do Estado (em atendimento a um direito inalienável) prover crianças e adolescentes com cuidados, segurança, oportunidades, inclusive de recuperação diante de deslizamentos sociais”.
- (B) “Neste sentido, o ECA mantém dispositivos importantes, que asseguram proteção a uma parcela da população em geral incapaz de discernir entre o certo e o errado à luz das regras sociais”.
- (C) “Mas, se estes são aspectos consideráveis, por outro lado é condenável o viés paternalista de uma lei orgânica que mais contempla direitos do que cobra obrigações daqueles a quem pretende proteger”.
- (D) “É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade, como o emprego de menores em ações – inclusive armadas – de quadrilhas organizadas, ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei”.
- (E) “É um tipo de interpretação que anaboliza espertezas da criminalidade, como o emprego de menores em ações – inclusive armadas – de quadrilhas organizadas, ou serve de salvo-conduto a jovens criminosos para afrontar a lei”.

Raciocínio Lógico-quantitativo

21

Considere a sentença a seguir.

“Qualquer que seja o candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, se ele foi aprovado então estudou muito ou teve sorte”

Assinale a alternativa que indica a **negação lógica** dessa sentença.

- (A) Qualquer que seja o candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, se ele foi aprovado então não estudou muito nem teve sorte.
- (B) Nenhum candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão foi aprovado e não estudou muito nem teve sorte.
- (C) Algum candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão não foi aprovado ou estudou muito ou teve sorte.
- (D) Algum candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão foi aprovado e não estudou muito nem teve sorte.
- (E) Nenhum candidato a uma vaga de consultor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão não foi aprovado e estudou muito mas não teve sorte.

22

Considere como verdadeiras as seguintes afirmativas:

- I. Se a lei A for aprovada, então a lei B não será aprovada.
- II. Se a lei C não for aprovada, então a lei B será aprovada.
- III. Se a lei A não for aprovada, então a lei C será aprovada.

A partir das afirmativas, é correto deduzir que

- (A) a lei A será aprovada.
- (B) nenhuma dessas três leis será aprovada.
- (C) apenas duas dessas três leis serão aprovadas.
- (D) a lei B não será aprovada.
- (E) a lei C será aprovada.

23

Após conferirem juntos o resultado final de um concurso ao qual se submeteram, André, Bruno e Carlos disseram:

André: *Se eu não passei então Carlos também não passou.*

Bruno: *Eu passei, mas não nós três.*

Carlos: *Somente um de nós não passou.*

Assim, é correto deduzir que

- (A) é impossível que os três tenham dito a verdade.
- (B) se os três mentiram então apenas um passou.
- (C) se nenhum deles passou então os três mentiram.
- (D) se exatamente um deles mentiu então exatamente um passou.
- (E) se exatamente dois deles passaram então exatamente um deles mentiu.

24

Dentro de uma caixa são colocadas quatro caixas menores. Depois, dentro de cada uma dessas caixas menores ou são colocadas quatro caixas ainda menores ou não é colocada caixa alguma. Esse processo se repete um determinado número de vezes, sendo que, a cada vez, dentro de cada uma das menores caixas ou são colocadas quatro caixas ainda menores ou não é colocada caixa alguma.

No final, seja N o número total de caixas, incluindo a primeira.

Um possível valor de N é

- (A) 36.
- (B) 39.
- (C) 46.
- (D) 49.
- (E) 51.

25

Em uma partida de tênis disputada na versão *“melhor de três sets”*, o vencedor da partida é o jogador que vencer dois *sets*. Assim, se um mesmo jogador vencer os dois primeiros *sets* ele é o vencedor da partida, senão, um terceiro *set* é disputado e o vencedor desse terceiro *set* é o vencedor da partida.

A respeito do jogador F, sabe-se que a probabilidade de ele vencer um *set* após ter vencido o *set* anterior é de 0,80 e que a probabilidade de ele vencer um *set* após ter perdido o *set* anterior é de 0,70.

Em uma determinada partida *“melhor de três sets”*, o jogador F venceu o primeiro *set*.

A probabilidade de ele vencer a referida partida é

- (A) 0,56.
- (B) 0,80.
- (C) 0,86.
- (D) 0,92.
- (E) 0,94.

26

Considere a sentença a seguir.

“Qualquer que seja o quadrilátero convexo, se ele é equilátero ou equiângulo então ele é regular.”

Assinale a alternativa que indica a sentença logicamente equivalente à sentença acima.

- (A) Qualquer que seja o quadrilátero convexo, se ele é regular então ele é equilátero ou equiângulo.
- (B) Existe um quadrilátero convexo que é equilátero ou equiângulo mas que não é regular.
- (C) Qualquer que seja o quadrilátero convexo, se ele não é equilátero ou não é equiângulo então ele não é regular.
- (D) Algum quadrilátero convexo não é regular, mas é equilátero ou equiângulo.
- (E) Qualquer que seja o quadrilátero convexo, ele não é equilátero nem é equiângulo, ou ele é regular.

27

O deputado X afirmou que: “Durante esta semana que acabamos de encerrar, foram votados aqui no plenário da Assembleia Legislativa vinte e um projetos de lei”.

Sabe-se que a afirmação do deputado X é verdadeira e que houve sessão plenária na Assembleia Legislativa nos cinco dias úteis da referida semana.

Assim, é obrigatoriamente verdadeiro que

- (A) em algum dia da referida semana foram votados pelo menos cinco projetos.
- (B) no máximo cinco projetos foram votados em um mesmo dia da referida semana.
- (C) em nenhum dia da referida semana deixou-se de votar pelo menos um projeto.
- (D) no mínimo quatro projetos foram votados em cada dia da referida semana.
- (E) em pelo menos dois dias da referida semana as quantidades de projetos votados foram iguais.

28

Segundo as pesquisas eleitorais semanais em uma determinada cidade, as intenções de voto de dois candidatos a prefeito, A e B, vêm subindo regularmente 10% e 500 votos, respectivamente, aumentos esses considerados sempre em relação aos resultados da pesquisa anterior.

Os resultados da última pesquisa mostraram que os candidatos A e B têm hoje, respectivamente, 10.000 e 15.000 intenções de voto.

Considere que as tendências de crescimento nas pesquisas semanais citadas se mantenham pelas próximas doze semanas e despreze as margens de erro comuns nesse tipo de pesquisa.

Assim, é correto concluir que

- (A) ao final de dez semanas os dois candidatos estarão empatados.
- (B) ao final da quarta semana a diferença entre os candidatos será menor que 2.000 votos.
- (C) ao final da sétima semana o candidato A terá ultrapassado o candidato B.
- (D) somente ao final das doze semanas o candidato A terá ultrapassado o candidato B.
- (E) durante as doze semanas o candidato B terá mais intenções de voto do que o candidato A.

29

Uma miniatura de uma estátua em mármore, perfeitamente semelhante à original, foi construída com o mesmo mármore em uma escala 1:20. A estátua original pesa 320 kg.

O peso, em gramas, da miniatura é

- (A) 40.
- (B) 80.
- (C) 160.
- (D) 8.000.
- (E) 16.000.

30

A resistência elétrica de um fio cilíndrico uniforme de cobre é diretamente proporcional ao seu comprimento e inversamente proporcional à área de sua seção transversal.

Seja R a resistência elétrica de um fio de cobre de comprimento L e com seção transversal circular de raio r .

Considere um fio cilíndrico feito com o mesmo tipo de cobre mas com comprimento $2L$ e raio da seção transversal $2r$.

A resistência elétrica desse segundo fio é

- (A) $4R$
- (B) $2R$
- (C) R
- (D) $R/2$
- (E) $R/4$

Legislação Específica

31

De acordo com o Regimento Interno da ALE-MA, a Mesa é o órgão de direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa.

Acerca de sua composição, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Vice-Presidência, constituindo-se a primeira do Presidente, e a segunda de dois Vice-Presidentes.
- (B) A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Vice-Presidência, constituindo-se a primeira do Presidente, e a segunda de três Vice-Presidentes.
- (C) A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Vice-Presidência, constituindo-se a primeira do Presidente, e a segunda de quatro Vice-Presidentes.
- (D) A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Secretaria, constituindo-se a primeira do Presidente e de dois Vice-Presidentes e a segunda de três Secretários.
- (E) A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Secretaria, constituindo-se a primeira do Presidente e de quatro Vice-Presidentes e a segunda de quatro Secretários.

32

O Regimento Interno da ALE-MA estipula que o Deputado deve apresentar-se à Assembleia Legislativa durante a sessão legislativa ordinária e extraordinária, para participar das sessões do Plenário e das reuniões de Comissão de que seja membro, sendo-lhe assegurados, além de outros, os direitos de

- I. oferecer proposições em geral, discutir e deliberar sobre qualquer matéria em apreciação na Assembleia, integrar o Plenário e demais colegiados e neles votar e ser votado.
- II. requisitar das autoridades, somente por intermédio da Mesa, providências para garantia de suas imunidades.
- III. usar da palavra, pedindo-a previamente ao Presidente da Assembleia ou ao de Comissão.

Assinale:

- (A) se somente os direitos II e III estiverem corretos.
- (B) se somente os direitos I e III estiverem corretos.
- (C) se somente os direitos I e II estiverem corretos.
- (D) se somente o direito II estiver correto.
- (E) se somente o direito I estiver correto.

33

O Regimento Interno da ALE-MA traz diferentes tipos de sessões da Assembléia Legislativa.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente todos os tipos de sessões previstas no citado diploma.

- (A) Preparatórias, ordinárias, extraordinárias, especiais, solenes e itinerantes.
- (B) Ordinárias, extraordinárias, especiais, solenes, supletivas e itinerantes.
- (C) Preparatórias, ordinárias, especiais, supletivas, emergenciais e itinerantes.
- (D) Ordinárias, extraordinárias, solenes, emergenciais, supletivas, e itinerantes.
- (E) Preparatórias, ordinárias, extraordinárias, especiais, solenes e supletivas.

34

Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia. A proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos, concisos, e jamais poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa ou dela decorrente.

Segundo o Regimento Interno ALE-MA, as proposições poderão consistir, além de outras, em

- I. Projeto de lei complementar.
- II. Projeto de decreto legislativo.
- III. Projeto de resolução.

Assinale:

- (A) se somente a proposição I estiver correta.
- (B) se somente a proposição II estiver correta.
- (C) se somente as proposições I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as proposições II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as proposições estiverem corretas.

35

A democracia brasileira conta com alguns instrumentos típicos de uma democracia participativa, proposta pelo Constituinte na Carta Constitucional de 1988, quais sejam: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de leis.

Sobre este último instrumento, segundo o Regimento Interno da ALE-MA, analise as afirmativas a seguir.

- I. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado estadual, distribuído por pelo menos trinta por cento dos municípios, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- II. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, três por cento do eleitorado estadual, distribuído por pelo menos vinte por cento dos municípios, com não menos de dois décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- III. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído por pelo menos dezoito por cento dos municípios, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

36

Segundo o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, a discussão é a fase dos trabalhos destinada ao debate em Plenário, e a votação completa o turno regimental da discussão, devendo ser feita logo após o encerramento da discussão.

Assinale a alternativa que identifica os dois processos de votação previstos no citado Regimento.

- (A) Simbólico e nominal.
- (B) Direto e indireto.
- (C) Presencial e virtual.
- (D) Proporcional e majoritário.
- (E) Simples e dúplice.

37

O policiamento do edifício da Assembléia e suas dependências compete

- (A) privativamente à Polícia Civil do Estado do Maranhão.
- (B) privativamente à Mesa Diretora da Assembléia, sem intervenção de qualquer outro Poder.
- (C) privativamente à Polícia Militar do Estado do Maranhão.
- (D) privativamente à Polícia Federal.
- (E) concorrentemente às Polícias Civil e Militar do Estado do Maranhão.

38

Com relação ao patrimônio da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, assinale a afirmativa correta.

- (A) É constituído exclusivamente de bens móveis e imóveis da União.
- (B) É constituído exclusivamente de bens imóveis do Estado.
- (C) É constituído de bens móveis e imóveis de particulares, que forem colocados à disposição.
- (D) É constituído de bens móveis e imóveis do Estado que adquirir ou forem colocados à disposição.
- (E) É constituído de bens móveis e imóveis dos Municípios que adquirir ou forem colocados à disposição.

39

Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, Lei n. 6.107, de 27 de julho de 1994, além do vencimento poderão ser pagas ao servidor algumas indenizações, que não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

A respeito das indenizações ao servidor, avalie os itens a seguir.

- I. Ajuda de custo.
- II. Tíquete-refeição.
- III. Auxílio-creche.

Assinale:

- (A) se somente o item I estiver correto.
- (B) se somente o item II estiver correto.
- (C) se somente o item III estiver correto.
- (D) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (E) se somente os itens II e III estiverem corretos.

40

O Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, Lei n. 6.107/94, determina que conceder-se-á licença ao servidor nas situações descritas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Para acompanhar cônjuge ou companheiro.
- (B) Paternidade.
- (C) Luto.
- (D) Para o serviço militar.
- (E) Para tratamento de saúde.

Conhecimentos Específicos

Administração Pública e Orçamentária

41

“Tanto as receitas quanto as despesas públicas devem estar autorizadas na lei orçamentária anual para que o poder executivo possa realizar as ações necessárias para o atendimento das necessidades sociais”.

O fragmento acima se refere, na Administração Pública, ao princípio da

- (A) publicidade.
- (B) legalidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) moralidade.
- (E) universalidade.

42

“Os bens e interesses públicos não pertencem à administração pública nem a seus agentes. Cabe-lhes apenas administrá-los em prol da coletividade, esta, sim, a verdadeira titular dos direitos e interesses públicos”.

O fragmento acima se refere à diretriz que norteia os princípios da Administração Pública, denominada

- (A) supremacia do interesse público.
- (B) tutela ou controle.
- (C) presunção da legitimidade.
- (D) indisponibilidade.
- (E) razoabilidade.

43

As alternativas a seguir apresentam características comuns às entidades da administração indireta, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Criação ou autorização de instituição por lei específica.
- (B) Vinculação à administração direta.
- (C) Não há subordinação hierárquica por ser ente autônomo.
- (D) Personalidade jurídica de direito público.
- (E) Titular de direitos e obrigações distintos da pessoa política que a instituiu, tendo, então, patrimônio próprio.

44

Quanto à classificação do objeto do ato administrativo têm-se os praticados pela Administração Pública em situação de igualdade com os particulares, sem usar sua supremacia sobre os destinatários, para a conservação e o desenvolvimento do patrimônio público.

Esse ato é denominado

- (A) de império.
- (B) de expediente.
- (C) de gestão.
- (D) de negócio.
- (E) de discricionário.

45

Assinale a alternativa que representa um dos casos de alteração unilateral de contrato administrativo com a administração pública.

- (A) Quando é necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.
- (B) Quando há inadimplemento de cláusulas contratuais, abrangendo o cumprimento irregular, a morosidade indevida e o atraso imotivado da execução.
- (C) Quando há falência, insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contrato e, ainda, alteração social.
- (D) Quando, em decorrência de caso fortuito ou de força maior, é descumprido o objeto contábil.
- (E) Quando há razões de interesse público motivadas por descumprimento parcial ou integral do objeto contratual.

46

Assinale a alternativa que indica o princípio de licitação que *“exige que o administrador aja com honestidade não só para com a Administração, mas, também, para com os licitantes, de tal forma que sua atividade esteja voltada para o interesse da Administração, que é o de promover a seleção mais acertada possível”.*

- (A) Princípio da moralidade.
- (B) Princípio da probidade administrativa.
- (C) Princípio da impessoalidade.
- (D) Princípio da igualdade.
- (E) Princípio da isonomia entre os interessados.

47

A Administração Pública Direta, nos casos de emergência ou de calamidade pública em que os serviços devem ser concluídos no prazo máximo de cento e oitenta dias, vedada a prorrogação, deve adotar o seguinte procedimento:

- (A) Licitação direta.
- (B) Licitação deserta.
- (C) Licitação fracassada.
- (D) Dispensável a licitação.
- (E) Licitação especial.

48

A licitação pública apresenta duas fases para sua operacionalização. Assinale a alternativa que apresenta exemplo da fase externa.

- (A) A adoção correta da modalidade.
- (B) A necessidade, ou não, de audiência pública.
- (C) A exigência, ou não, de capital mínimo e patrimônio líquido.
- (D) O projeto básico aprovado e disponível aos interessados.
- (E) O julgamento da comissão.

49

Os tipos de licitação *“menor preço, melhor técnica, técnica e preço”* se aplicam às modalidades relacionadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Convite.
- (B) Concurso.
- (C) Tomada de preços.
- (D) Compra direta.
- (E) Concorrência.

50

Assinale a alternativa que apresenta um dever do servidor público.

- (A) Aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro.
- (B) Recusar a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
- (C) Guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- (D) Proceder de forma desidiosa.
- (E) Recusar fé a documentos públicos.

51

Correlacione os *princípios orçamentários* apresentados a seguir com as respectivas *definições*.

1. Anualidade
 2. Unidade
 3. Universalidade
 4. Exclusividade
 5. Equilíbrio
- () todas as receitas e despesas devem constar da LOA pelos valores totais
- () refere-se à periodicidade do orçamento
- () atende a política fiscal definida pela LC 101/00
- () os orçamentos fiscal, de seguridade social e de investimentos são aprovados juntos na LOA
- () somente receitas e despesas devem constar da LOA

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) 2 – 1 – 5 – 3 – 4
- (B) 3 – 1 – 5 – 2 – 4
- (C) 3 – 5 – 1 – 4 – 2
- (D) 4 – 1 – 2 – 3 – 5
- (E) 4 – 5 – 1 – 2 – 3

52

No planejamento governamental, o orçamento recebe grande destaque em seu aspecto econômico, revelando-se um instrumento de ação estatal na economia de forma a executar suas diversas funções.

Com relação à finalidade da função distributiva, assinale a afirmativa correta.

- (A) Manter a estabilidade econômica tendo como finalidade principal o combate à inflação e o conseqüente aumento de renda da população economicamente ativa
- (B) Buscar o equilíbrio entre as execuções da receita e despesa públicas a fim de distribuir as políticas públicas conforme a capacidade de arrecadação
- (C) Promover ajustamentos na alocação de recursos orçamentários buscando a manutenção dos gastos com custeio e os investimentos necessários para a melhoria da qualidade das ofertas de bens e serviços
- (D) Promover o ajustamento na distribuição de rendas na busca da melhoria progressiva da qualidade de vida das camadas mais pobres da população
- (E) Ampliar a atuação do Estado nos três níveis de poder de forma a atender satisfatoriamente todas as demandas da população apresentadas pelas lideranças partidárias

53

Na elaboração do orçamento, o Poder Executivo apresentou seu projeto de lei contendo a seguinte descrição em uma de suas despesas fixadas: *“Capacitação de Recursos Humanos com a finalidade de promover de forma integrada a qualificação de pessoal em todos os níveis de serviços de modo que obtenham melhores índices de produtividade”*.

Considerando a classificação funcional programática e que, para a execução dessa despesa será necessária apenas a aplicação de recursos em custeio, é correto afirmar que

- (A) tal ação representa uma função.
- (B) tal ação representa um programa.
- (C) tal ação representa um subprograma.
- (D) tal ação representa um projeto.
- (E) tal ação representa uma atividade.

54

Correlacione as funções listadas a seguir com suas respectivas subfunções.

1. Encargos especiais
 2. Legislativa
 3. Administração
 4. Indústria
- () Normatização e Fiscalização
- () Controle Externo
- () Transferências
- () Normalização e Qualidade

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) 2 – 3 – 4 – 1
- (B) 2 – 3 – 1 – 4
- (C) 3 – 2 – 4 – 1
- (D) 3 – 2 – 1 – 4
- (E) 4 – 3 – 1 – 2

55

As emendas propostas pelos parlamentares serão apresentadas visando

- (A) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, mesmo com exatidão da proposta, sem indicação dos recursos financeiros para viabilizar a ação.
- (B) conceder dotação para início de obra, cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.
- (C) conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.
- (D) conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo, para concessão de auxílios e subvenções.
- (E) proceder a acertos formais ou corrigir erros e defeitos da proposta do Poder Executivo, desde que indique os recursos para viabilizar a ação.

56

“...as ações, ou parte delas, de um programa governamental constituem unidades de decisão cujas necessidades de recursos seriam avaliadas em pacotes de decisão, devidamente analisados e ordenados, fornecendo as bases para as apropriações dos recursos nos orçamentos operacionais”.

O fragmento refere-se ao orçamento

- (A) programa.
- (B) tradicional.
- (C) operacional.
- (D) base-zero.
- (E) participativo.

Leia as informações a seguir e responda às questões 57 e 58.

Com relação à execução orçamentária da receita do ano de 2012, analise as informações a seguir.

Receitas	Previsão	Lançamento	Arrecadação	Recolhimento
Impostos	100	90	80	80
Amortização de Empréstimos	80		70	70
Multas de Trânsito	60	50	30	30
Dividendos	40		40	40

57

O valor da execução da receita corrente patrimonial, conforme Lei n. 4.320/64, foi de

- (A) 150.
- (B) 140.
- (C) 110.
- (D) 70.
- (E) 40.

58

Conforme a Lei n. 4.320/64, o valor a ser inscrito em Dívida Ativa Não Tributária será de

- (A) 0.
- (B) 10.
- (C) 20.
- (D) 30.
- (E) 40.

Leia as informações a seguir e responda às questões 59 e 60.

Com relação à execução orçamentária da despesa do ano de 2012, analise as informações a seguir.

Despesas	Fixação	Empenho	Liquidação	Pagamento
Pessoal Ativo	60	50	50	40
Aquisição de Equipamentos	50	40	30	30
Material de Consumo	40	40	20	20
Empréstimos Concedidos	20	10	10	10

59

O valor da despesa de capital, segundo a Lei n. 4.320/64, foi de

- (A) 10.
- (B) 30.
- (C) 40.
- (D) 50.
- (E) 80.

60

Os valores da despesa corrente com o efeito orçamentário e com o efeito patrimonial pelo fato gerador, na data de sua ocorrência, foram respectivamente,

- (A) 100 e 90.
- (B) 90 e 70.
- (C) 90 e 60.
- (D) 70 e 60.
- (E) 50 e 40.

Contabilidade Pública e Auditoria**61**

Quanto à administração orçamentária e financeira de um ente público, correlacione os itens a seguir com suas respectivas explicações.

1. Aprovação e avaliação.
2. Receita e Despesa.
3. PPA, LDO e LOA.
4. Elaboração e execução.
5. Competência e caixa.

- () etapas do ciclo orçamentário, a cargo do Poder Executivo.
- () instrumentos de planejamento orçamentário.
- () execução orçamentária.
- () regimes contábeis da receita e da despesa, pela Lei n. 4.320/64.
- () etapas do ciclo orçamentário, a cargo do Poder Legislativo.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) 1 – 3 – 2 – 5 – 4
- (B) 2 – 5 – 3 – 4 – 1
- (C) 3 – 2 – 5 – 4 – 1
- (D) 4 – 2 – 5 – 3 – 1
- (E) 5 – 3 – 2 – 1 – 4

62

Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei orçamentária anual passou a conter

- (A) o necessário equilíbrio entre receita e despesa.
- (B) a reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante é definida com base na receita corrente líquida, será estabelecida em outro instrumento de planejamento orçamentário.
- (C) os critérios e as formas de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na própria LC 101/00.
- (D) o anexo de metas fiscais em que serão estabelecidos metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública.
- (E) o anexo de riscos fiscais onde serão avaliados os passivos contingenciais e outros riscos capazes de afetar as contas públicas

63

Com base na Lei n. 4.320/64, os tipos de créditos adicionais listados a seguir estarão previamente autorizados na lei orçamentária anual, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Especial e suplementar.
- (B) Especial e extraordinário.
- (C) Suplementar e extraordinário.
- (D) Extra-orçamentário e extraordinário.
- (E) Suplementar e extra-orçamentário.

Com base nas informações a seguir, responda às questões 64, 65 e 66.

Rubricas	Previsão	Lançamento	Arrecadação
Cobrança da Dívida Ativa Tributária	100		70
ICMS	300	250	230
Alienação de Bens Móveis	100		80

64

Os valores da receita corrente tributária, conforme a Lei n. 4.320/64 e a NBC T SP 16, são respectivamente,

- (A) 400 e 300.
- (B) 300 e 320.
- (C) 300 e 230.
- (D) 250 e 300.
- (E) 230 e 250.

65

A soma da receitas classificadas como variações patrimoniais qualitativas ou de afetação patrimonial denominada mutação, é de

- (A) 70.
- (B) 80.
- (C) 150.
- (D) 300.
- (E) 310.

66

Considerando que o saldo inicial da conta Dívida Ativa é \$100, determine seu saldo final com base nos dados informados da execução das receitas orçamentárias.

- (A) 20.
- (B) 30.
- (C) 50.
- (D) 90.
- (E) 120.

Com base nas informações das despesas públicas a seguir, responda às questões 67 e 68.

Rubricas	Fixação	Empenho	Liquidação	Pagamento
Pessoal Ativo	200	200	200	200
Obra de construção de creches	150	120	110	100
Obra de conservação de vias públicas	100	80	80	60

67

O valor da despesa pública de capital, conforme n. Lei 4.320/64, é de

- (A) 400.
- (B) 200.
- (C) 190.
- (D) 120.
- (E) 110.

68

Conforme Lei n. 4.320/64, o montante a ser inscrito em restos a pagar não processados é de

- (A) 10.
- (B) 30.
- (C) 40.
- (D) 50.
- (E) 90.

69

O tipo de parecer de auditoria que se refere à opinião do auditor sobre os valores apresentados pelas demonstrações contábeis auditadas e que expressa um procedimento de classificação de recebíveis, não refletiu com precisão, de acordo com os princípios de contabilidade, a posição patrimonial, mas não representa um erro significativo a ponto de distorcer os valores dos resultados apresentados.

Esse tipo de parecer é denominado

- (A) adverso.
- (B) negativa de opinião.
- (C) abstenção de opinião.
- (D) com ressalva.
- (E) sem ressalva.

70

O procedimento de auditoria em que o auditor busca informações das operações registradas nos demonstrativos contábeis auditados com fontes externas à entidade auditada, solicitando a confirmação de transações com aqueles que diz manter relações de negócios, é denominado

- (A) circularização.
- (B) confirmação interna.
- (C) exame de comprovantes autênticos.
- (D) revisão analítica.
- (E) interpretação das informações.

Realização

